



**HAL**  
open science

## **Carnaval encena e em cena: ambiências em disputa nas ruas de Belo Horizonte**

Isabella Pontello Bahia, Edson José Carpintero Rezende

### ► **To cite this version:**

Isabella Pontello Bahia, Edson José Carpintero Rezende. Carnaval encena e em cena: ambiências em disputa nas ruas de Belo Horizonte. 5th International Congress on Ambiances. Sensory Explorations, Ambiances in a Changing World, Mohammed Boubezari Universidade Lusófona, Lisbon; Cristiane Rose Duarte, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Ethel Pinheiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro; International Ambiances Network, Oct 2024, Lisbon, Portugal. <hal-04759268>

**HAL Id: hal-04759268**

**<https://hal.science/hal-04759268v1>**

Submitted on 29 Oct 2024

**HAL** is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.



Distributed under a Creative Commons CC0 1.0 - Universal - International License

## **Carnival staging and on stage: ambiences in dispute on the streets of Belo Horizonte**

### **Carnaval encena e em cena: ambiências em disputa nas ruas de Belo Horizonte**

**Isabella Pontello Bahia<sup>1</sup>, Edson José Carpintero Rezende<sup>2</sup>**

**Abstract:** This article presents an analysis about the ambiences of street carnival at Belo Horizonte. This analysis is based on the aesthetics of ambiences in the process of appeasement of the party. Therefore, it highlights a brief history of the movement, in order to elucidate the roots of the struggle and the developments of the celebration in the last years. The proposal, which looks like criticism, takes shape from the contrasting situation that highlights the playful, creative and didactic power of carnival ambiences simultaneously with the risks of its commodification. The construction was based on a literature review, triangulated through interviews and collection of official information from the municipal public authorities. As a result, this article proposes points of attention stand out for the next carnivals, as well as questions about the future of cultural events in the city of Belo Horizonte.

**Keywords:** aesthetics of ambiences. appeasement urbanity. street carnival. Belo Horizonte.

**Resumo:** O presente artigo apresenta uma análise das ambiências do carnaval de rua de Belo Horizonte a partir da estética das ambiências em processo de apaziguamento da festa. Para tal, evidencia um breve histórico do movimento, de modo a elucidar as raízes de rua e de luta e os desdobramentos do festejo nos últimos anos. A proposta, que tem ares de crítica, toma forma a partir da situação contrastante que evidencia uma potência lúdica, criativa e didática das ambiências carnavalescas simultaneamente aos riscos de sua mercantilização. A construção se deu a partir da revisão de literatura, triangulada por meio da realização de entrevistas e coleta de informações oficiais do poder público municipal. Como resultados evidenciam-se pontos de atenção para os próximos carnavais além de questionamentos sobre o futuro da manifestação cultural na cidade de Belo Horizonte.

**Palavras-chave:** estética das ambiências. apaziguamento das cidades. carnaval de rua. Belo Horizonte.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Design, professora da Universidade do Estado de Minas Gerais. [isabellapont.bahia@gmail.com](mailto:isabellapont.bahia@gmail.com).

<sup>2</sup> Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais. [edson.carpintero@uemg.br](mailto:edson.carpintero@uemg.br).

## 1 INTRODUÇÃO

Capital do estado de Minas Gerais, no interior do extenso território brasileiro e cercada por montanhas, a cidade de Belo Horizonte vem criando uma história recente em relação à manifestação popular mais tradicional do país. Além do desejo coletivo e cidadão acertado de festa e do lazer, o carnaval da capital mineira ganhou força e adeptos a partir da adesão às pautas em defesa dos direitos humanos e à favor do direito à cidade. Para tal, “de rua e de luta” foi, por muitos anos, o bordão do carnaval da cidade de Belo Horizonte que em suas ocorrências partilhava práticas autogestionadas e criativamente livres e lúdicas de expressão pelas ruas e nas ruas. Uma festa que pouco se assemelhava com o imaginário de carnaval do Brasil pois de uma maneira orgânica existia além da festa, ainda que nas frestas, e a partir de um pano de fundo de mobilização pelas lutas urbanas. Entretanto, com o passar do tempo a manifestação cultural ganhou também uma roupagem neoliberal e suas ambiências se transformaram em um importante instrumento político em disputa - de uma luta que agora extrapola o território e diz, principalmente, dos aspectos sensíveis partilhados durante a festa. Onde ocorria-se o flâneur e uma estética das ambiências em prol da ampliação da permissividade dos corpos com a cidade, tem-se hoje um apaziguamento desta realidade e o controle da festa a partir de duros trajetos pré-definidos e enfáticas orientações e ordenações do poder público.

Dessa forma, o presente artigo almeja apresentar um panorama sócio-político do carnaval de rua da cidade de Belo Horizonte nos últimos quinze anos com o intuito de evidenciar uma crítica acerca das mudanças e permanências ocorridas nas práticas de uso e ocupação do tecido urbano. Parte do pressuposto que as ambiências testemunham as mudanças no território e, além disso, podem ser utilizadas como estratégia política sedutora à favor do capital em um processo de *marketing* da metrópole.

O jogo simbólico em questão será apresentado a partir da revisão de literatura, visto o volume recente de publicações sobre o tema, de maneira triangulada a partir de dados coletados por meio de entrevistas e utilização de informações oficiais do poder público municipal. A proposta de comparar o que está em cena e o que tem sido encenado a partir das ambiências nos permite criticar as formas de experimentação da vida urbana neste período festivo mas, principalmente, recuperar os lampejos criativos, coletivos e potentes, que talvez tenham sido mais efetivos no campo das ideias, e que nos permitem imaginar e criar espaços urbanos sensoriais e materiais.

## 2 A CRISE É ESTÉTICA: AMBIÊNCIAS E O PROCESSO DE APAZIGUAMENTO DAS CIDADES

A partir de Rancière (2009) tem-se que a existência humana intrinsecamente empreende a imersão em uma experiência sensível. Esta ação, entretanto, não é perene e não pode ser lida como um dado formal e estático, mas, como o resultado de uma soma de processos, de conflitos, das realidades sócio-históricas testemunhadas, das sensações percebidas e do pensamento analítico. Nogueira (2018, p.7) explicita que “este sensível não é um dado imutável, mas fruto de uma partilha em disputa, atravessada por uma série de vetores históricos e sociais que definem os regimes daquilo que é visível e não visível”. E é somente a partir da imersão nessas experiências que vislumbra-se o entendimento de estética. Para tal,

além da percepção através dos sentidos, a estética, a partir da *aesthesis*, diz de uma percepção por meio dos sentidos em um tempo e espaço definidos (Thibaud, 2012).

Conforme as questões públicas dos ambientes urbanos se metamorfoseiam e põem-se em xeque o direito ao uso, nos faz necessário embarcar em reflexões que têm como objetivo um olhar sensível das cidades. Para tal, a partir de Thibaud (2012) a proposta de perceber por meio dos sentidos emerge como uma alternativa para a crise das cidades. Crise esta, que se estrutura como desdobramento de uma padronização, da utilização de denominadores comuns como resposta para situações diferentes que, desconsideram as particularidades do coletivo. Uma crise que é, portanto, estética e retrata o enrijecimento das formas construídas e das modalidades de uso dos ambientes para atender exclusivamente às funções práticas da vida em sociedade. Nessa dinâmica, apresentada por Thomas (2020) como o “apaziguamento das cidades”, a espontaneidade perde espaço, assim como ricas manifestações culturais de um povo. Outro risco diz-se do apagamento de movimentos sociais e/ou a cooptação destes por poderes públicos que se posicionam de modo a desorientar as autorias e geri-las como produtos, objetivando a lucratividade da metrópole.

Assim, a presença de um corpo permeável nessa realidade nos parece, simultaneamente, um arriscado e potente instrumento de denúncia e mudança social. Para tal, partiremos da estética das ambiências, e da proposta de imergir na “atmosfera material e moral” (Augoyard, 2002; Thibaud, 2012) que envolve as pessoas nas cidades de modo compreender os impactos do processo de apaziguamento (Thomas, 2018). Em outras palavras, almeja-se o entendimento de como essa atmosfera tem sido percebida na modernidade e, o mais grave, empregada em prol dos interesses neoliberais a partir de uma prática de controle dos ambientes urbanos.

A partir de Thibaud (2012, p.6) tem-se que as ambiências podem ser definidas como “o espaço-tempo experimentado em termos sensíveis”. Pensar em ambiências empreende, portanto, atenção à dimensão estética, da *aesthesis*, de uma proposta de integração da percepção humana com tudo aquilo que interfere na qualidade de um ambiente vivido. Para Augoyard (2008, p.21) a noção de ambiência está distante de uma “prática acessório” relacionada ao embelezamento e/ou à decoração dos espaços mas, próxima de uma “natureza profunda do ambiente”. Thomas (2008, p.39), em complemento, apresenta que “as ambiências não podem ser reduzidas a um conjunto de fatores físicos e observáveis” pois elas empreendem a articulação entre “as formas e as escalas espaciais, a emergência das formas sensíveis e sociais da vida urbana e a evidência de uma dinâmica temporal e cultural”.

É importante destacar que a ambiência não pode ser descrita a não ser por meio da experiência. Nesse sentido, não se percebe a ambiência, mas, se percebe de acordo com a ambiência. Não se cria a ambiência, mas cria-se e descrevem-se realidades na ambiência, que também passam a (re)existir e podem ser reformuladas a partir destas modificações. Trata-se de um conceito que parte de uma dimensão sensível, de constituição (e/ou reconhecimento) de identidades de modo a permitir a apropriação por meio de experiências espaciais. A estética da ambiência é, portanto, importante no auxílio à criação de espaços urbanos pois permite evidenciar as maneiras de habitar, de existir e de criar em coletividade na atualidade.

Mas, acompanhar as profundas mudanças nas cidades contemporâneas não trata-se de uma dinâmica simples ou mesmo facilmente perceptível. Uma postura a partir das ambiências orienta certa permissividade dos corpos ao espaço que além de cuidadosa não pode ser ingênua, visto o emprego estratégico de ações e dinâmicas que enternecem as sensibilidades, mas almejam apenas um *marketing* da cidade. Vê-se, portanto, desde o último século o crescimento exponencial de uma massificação dos ambientes habitados que se desdobram em maneiras de ser também massificadas. Para Thomas (2020) a multiplicação dos dispositivos de regulação de fluxos, a redução das estimulações sensoriais nos percursos e o distanciamento das situações de tensão nas práticas ordinárias de caminhabilidade pelas cidades posiciona os cidadãos em um “espaço-tempo ambíguo e desconectado da vida cotidiana”. É nesse contexto que vislumbra-se uma estética da modernidade e os perigos de uma sensibilização dessensibilizante.

Para Thibaud (2012) os estudos acerca dos impactos de uma ideia de modernidade nas cidades não são recentes, vide as reflexões empreendidas ainda no século passado por Siegfried Kracauer e Walter Benjamin a partir de uma abordagem crítica dos fenômenos do cotidiano. Essas análises evidenciavam como nas grandes metrópoles já se instaurava um apaziguamento da vida cotidiana. Via-se, portanto, pessoas que se deslocavam pela cidade de maneira reservada, distraída, evitativa às experiências ao redor. Postura que permanece até os dias de hoje e, talvez, seja ainda mais intensa vide os projetos recentes de urbanização e renovação que propõem trajetos exclusivos aos fluxos em detrimento aos espaços de parada, vivência e experimentação, sem mencionar ainda, a alteração de áreas coletivas, como praças e parques, de modo a atenderem às iniciativas privadas. Nessa lógica, o bem público é reformado não para o coletivo, mas de modo a transformar-se em um econômico e lucrativo espaço para a promoção de eventos privados de grandes empresas.

No processo de apaziguamento das cidades há, além de uma apatia das pessoas com o espaço urbano, a utilização de um mecanismo de controle que orienta sobre os trajetos a serem percorridos, a velocidade dos percursos e até mesmo sobre o estabelecimento de parada (e como, onde e por quem esta pode ser realizada). O risco da apatia e do controle, empregado como uma polícia do espaço urbano, impacta toda uma dinâmica de uso dos ambientes coletivos e, ocorre não somente nas práticas do dia a dia, mas também influencia e interfere em manifestações culturais, em práticas autogestionadas e, até mesmo em situações de protesto e expressão cidadã (Thomas, 2018). É, a partir desse olhar e com essa inquietação que almeja-se melhor compreender o carnaval de rua da cidade de Belo Horizonte e, como tem sido feito uso de uma polícia das ambiências para benefícios neoliberais.

### **3 DO IMAGINÁRIO DE CARNAVAL NO BRASIL AO CARNAVAL DE RUA DE BELO HORIZONTE**

A cena a seguir pode nos parecer familiar: um grupo de pessoas que anda pelas ruas de uma cidade brasileira durante o verão, fantasiados ou apenas com poucas roupas e alternando em suas mãos bebidas alcoólicas e instrumentos musicais. Ao fundo uma música bem ritmada, risos, vozes que se sobressaem, um carro de som. Até mesmo as fachadas fazem parte do momento ao portarem outras pessoas também em sorrisos, cantorias emocionadas e até mesmo banhos de mangueira ao grupo que caminha pela rua. À frente, uma multidão se reúne e também se dispersa no tecido urbano visto que todo o espaço é preenchido por pessoas.

Nessa cena, os carros não têm muito espaço, os pontos de ônibus se encontram desativados e sevem de abrigo para alguns foliões que desejam fazer uma pausa. Longos trajetos são desenvolvidos à pé e a caminhada tem um ritmo lento, contemplativo, embriagado e sedutor. Com o passar do dia a multidão se dispersa e à noite, as ruas quase desertas, deixam à mostra brilhos, odores e ecos de uma vigorosa festa. A cena se repete por vários dias.

O breve relato em questão nos mostra um dia de carnaval de rua em uma cidade brasileira. O festejo, que tem suas raízes no velho continente, ganhou força, fama e adeptos em terras tropicais e, na atualidade globalizada tem-se o hábito de ao pensar em carnaval, direcionar os esforços ao Brasil (Perez, 2011; Simas, 2020). Entretanto, assim como existem carnavais, é necessário compreender que existem carnavais no Brasil. Nessa lógica, faremos um mergulho na cena acima para, a partir de um minucioso olhar das frestas da festa (Simas, 2020), compreender as particularidades do carnaval da cidade de Belo Horizonte e evidenciar suas raízes de “rua e de luta”.

Primeira cidade planejada do Brasil, Belo Horizonte é a capital do estado de Minas Gerais na região sudeste, em fronteira com os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Destino mais procurado por brasileiros que por estrangeiros, Belo Horizonte é conhecida por sua gastronomia (eleita pela UNESCO no ano de 2019 como “Cidade Criativa da Gastronomia”) e por seus muitos bares bem distribuídos em todo território (capital mundial dos bares de acordo com a Lei nº 9714, de 24 de junho de 2009). Conhecida por seu acolhimento e fala mansa Belo Horizonte abriga também museus, espaços culturais, importantes universidades e centros de pesquisa, além de ser referência na realização de eventos a partir da organização de grandes feiras, congressos e festivais. De maneira adversa aos muitos destinos turísticos do país, Belo Horizonte está distante da costa e, assim como todo estado não é banhada pelo mar. Outra particularidade diz do festejo do carnaval que, apesar de ao longo de toda história da cidade ter existido, tomou proporções nacionais (e internacionais) nos últimos quinze anos. Mas, quais as razões e os motivos para o crescimento exponencial dessa festa? Quais as particularidades do carnaval de Belo Horizonte?

A história do carnaval de rua de Belo Horizonte é também a história da reprodução da cidade. Diz-se reprodução pois, por ser planejada, parte de sua estrutura já existia e enfatiza-se aqui a cidade após a cidade: aquela que foi e é criada diariamente a partir das vivências que se estabelecem com e no espaço. Para tal, é importante evidenciar que, como muitas outras realidades, Belo Horizonte foi pensada em prol do automóvel e de uma controlada vida urbana. Desde os primeiros anos as situações de permanência coletivas no espaço público eram desestimuladas, principalmente àquelas adversas ao ideal de modernidade e civilidade pensados para o projeto da cidade. Nessa dinâmica eram frequentes repressões, ações as quais ora restringiam as manifestações, ora as destinavam às margens da cidade mantendo assim um centro urbano “limpo, polido e bem frequentado”.

Essas orientações (e ordenações) do poder público cercearam as pequenas manifestações culturais do carnaval por muitos anos na capital mineira. Um carnaval que sempre existiu em pequena escala, no que diz sobre práticas coletivas no espaço público, e em luxuosas comemorações, no âmbito comercial e em clubes privados. Assim, apesar de o carnaval de rua marcar mudanças importantes na descoberta autogestionada do espaço público de Belo

Horizonte, suas primeiras ocorrências foram apenas uma parte da equação de uma soma de outros movimentos que inflaram o desejo coletivo de cidade para pessoas.

Na cidade de Belo Horizonte historicamente existiram diversas lutas urbanas que se hibridizaram e se transformaram em uma lógica rizomática de resistência (Oliveira, 2012). Destacam-se entre elas a luta pela moradia a partir da criação de ocupações, a luta pelo transporte a partir de manifestações e proposições mediante assembleias populares, a luta pela cultura e meio ambiente a partir da criação de locais autogetionados de expressão popular, entre outras. Pensar na cena urbana de Belo Horizonte demanda, portanto, jogar luz a ações distintas, desenhadas com o intuito de lutar por espaço e voz no que diz respeito ao uso dos espaços públicos, dar visibilidade a minorias e a adotar políticas humanizadas. Podemos citar, como exemplos, o processo de ocupação-comunidade Dandara em oposição ao Programa nacional Minha Casa Minha Vida<sup>3</sup>, o movimento Tarifa Zero BH<sup>4</sup> e a ocorrência das Jornadas de Junho de 2013, além do retorno à capital mineira de estudantes universitários beneficiados por políticas públicas de intercâmbio, principalmente em países europeus, revelando-lhes o espaço público local como território a ser conquistado (Canuto, 2016).

Evidencia-se, portanto, que uma parcela desses movimentos foi um desdobramento da crise da cidade dos anos 1990 ocasionada pela guinada neoliberal e promoção de políticas públicas destinadas a uma suposta modernização das cidades brasileiras. Outro ponto relevante foi a capilaridade das redes sociais no início dos anos 2000 e a difusão de informações e fóruns de discussão que permitiram levantar e debater pautas em escalas nacionais e até globais. Essas lutas pelo e no território urbano foram resguardadas pela Constituição Nacional de 1988 e, ocasionaram forte expressão popular nas ruas de Belo Horizonte. Pode-se dizer que houve, ainda que para muitos de maneira inconsciente, práticas que reposicionam os cidadãos no espaço de maneira física (permitindo-os ocupar as ruas e também outros espaços de maneira diversa do habitual) e simbólica (colocando-os na posição de planejadores urbanos ao reivindicar espaços públicos, bem como, propor alternativas para espaços ociosos).

Nesse cenário, a retomada do carnaval de rua de Belo Horizonte nos anos 2000 despontou como consequência dessas práticas autogestionadas de ocupação do espaço público na qual a festa empreendia uma forma de revolução, um meio de estar nas ruas (objeto em debate) e fazer barulho. Assim, entre os anos de 2009 e 2010, destaca-se um marco da realidade festiva a partir da criação de blocos desassociados do poder público, geridos pela sociedade civil, tanto no período do pré-carnaval como no feriado oficial (Canuto, 2016; Dias, 2015). Aqui é importante destacar que, as diferenças entre os carnavais do Brasil que se iniciam pela distância do mar são exatamente as que nos levam a ele, pois, o marco temporal do carnaval de Belo Horizonte foi exatamente a criação de uma praia.

O movimento Praia da Estação, na Praça da Estação simbolizou um importante cenário sociopolítico de Belo Horizonte que contribuiu para a ampliação do desfile dos blocos de rua na capital mineira. Em 16 de janeiro de 2010, como uma reação da instauração de um decreto (Nº 13.798 de 9 de dezembro de 2009) que proibia a produção de eventos de qualquer

---

<sup>3</sup> O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) é um programa habitacional em aliança Capital-Estado enquanto a Ocupação Dandara é uma comunidade auto-organizada com planejamento popular.

<sup>4</sup> O movimento Tarifa Zero BH busca por uma mudança na forma do financiamento do transporte público.

natureza na Praça da Estação ocorreu a primeira Praia da Estação. Articulada majoritariamente pela internet, a partir de um grupo de e-mail anônimo, cidadãos belo-horizontinos agendaram um momento de diálogo para o desenho de um protesto contrário às práticas de cooptação previstas pela então gestão municipal para o uso do espaço público. Com a convocatória “Praia na praça da Estação, vá de roupa de banho e leve instrumentos” a “Praia da Estação” propôs uma nova forma de manifestação política da sociedade civil, uma intervenção urbana, performática e festiva que levou cidadãos às ruas e transformou a praça em uma espécie de praia (Migliano, 2018).

O uso atípico do espaço causou, em um primeiro momento, estranhamento, principalmente pela ocorrência em uma cidade com enorme pudor em relação ao corpo e aos “bons costumes” e coação histórica de situações de protesto. Dezenas de pessoas em trajes de banho tomaram sol, dançaram, cantaram, tocaram instrumentos musicais e até financiaram um caminhão pipa para refrescá-las. A Praia, como ficou conhecida entre os banhistas, se caracterizava como um movimento de autogestão que ocupava a Praça da Estação como protesto alegre, musical e que fazia o uso da água como um imã para o encontro social. Teve um impacto visual e performático pois reunia pessoas em trajes de banho em um território pouco hospitaleiro à permanência durante o verão, em virtude da aridez e da ausência de áreas de sombreamento, além de um impacto festivo e cultural a partir da concentração de artistas do teatro e da percussão.

Coletivamente, os impactos da Praia foram positivos e, esse espaço aproximou afetos e gerou curiosidade e aceitação por parte dos cidadãos que inflaram o movimento ao passar dos anos. A Praia passou a existir semanalmente como um evento que antecedia o feriado do carnaval, momento no qual vários blocos de rua ensaiavam seus repertórios e, talvez por isso, se desdobrou também em um bloco de rua com ocorrência no sábado do feriado (Migliano, 2018; Veloso, 2022). Dessa forma, a Praia tem ocupado a Praça por vários verões e tornou-se espaço de luta, lazer e, principalmente, a centelha para a produção de novas relações socioespaciais na cidade de Belo Horizonte.

Assim como a Praia e, para muitos a partir da Praia, outras iniciativas de festejo do carnaval ganharam força e, no intervalo de poucos anos Belo Horizonte já apresentava diversas opções para o feriado. Os blocos, em um primeiro momento autogestionados, tinham autonomia para definir seus nomes, hinos, bandeiras e até mesmo os trajetos a serem percorridos. Isso garantia certa manutenção dos valores e estandartes levantados quando vislumbrava-se, por exemplo, blocos em prol da diversidade e em defesa dos direitos LGBTQIAP+ transitando em áreas conhecidas por estabelecimentos de vida noturna majoritariamente homossexual ou mesmo, blocos em proteção ao meio ambiente traçando trajetos de denúncia sobre os rios invisíveis da cidade (hoje, a grande maioria tamponados), entre inúmeros outros cortejos.

Assim, revisitar a cena que dá início a este tópico nos aproxima de um ideal de experimentação e planejamento urbano. Ainda que utópica, a proposta de ocupar os espaços a partir da festa foi e é potente pois além de inclusiva, divertida e lúdica é didática pois reivindica-se àquilo que se vive. Entender as possibilidades de uso e enriquecimento do espaço no ato de vivenciá-lo permite cartografias do imaginário feitas por corpos que estão permeáveis à experiência urbana. Infelizmente, entretanto, a emoção e a experiência têm sido transformados em produtos na lógica neoliberal e, o carnaval de rua de Belo Horizonte não tem escapado dessa

prática. Para tal, algumas situações recentes serão observadas com cautela e a partir dos pontos de vista que as orientem.

#### **4 DE RUA, DE LUTA E À PRONTA ENTREGA**

Em meados dos anos 2015, quando o carnaval de rua da cidade de Belo Horizonte atingiu altos índices de adesão e de turismo, o poder público passou a intervir de maneira mais ativa no festejo. Postura que foi acertada, em um primeiro momento, visto que foram necessárias medidas básicas de segurança e logística para a efetividade da festa. Determinações como a instalação de banheiros públicos, ampliação dos pontos de apoio médico e novas posturas e rotas de policiamento foram implementadas. Houve também intervenção nas rotas a serem percorridas pelos blocos de modo a estabelecer áreas a serem preservados os fluxos de trânsito próximos a hospitais e a estipulação de rotas de fuga para bombeiros. A questão é que elas não pararam por aí e, com o passar dos anos a manifestação cultural orgânica e autogestionada passou a ter, cada vez mais, um ar de evento privado.

A fim de evidenciar as situações recentes e os desdobramentos do carnaval de rua da cidade de Belo Horizonte foram realizadas entrevistas com cidadãos ativos na cena cultural local, bem como, com integrantes de blocos do carnaval. Além das entrevistas, buscou-se informações do poder público municipal e produções acadêmicas recentes, de modo a apresentar um panorama triangulado da realidade “de rua, de luta e à pronta entrega” pela qual o carnaval de rua da cidade de Belo Horizonte tem se encontrado.

Observa-se, portanto, que na atualidade, os blocos do carnaval de rua da cidade de Belo Horizonte, em sua grande maioria, não têm seu cortejo como uma prática insurgente. De acordo com a Prefeitura de Belo Horizonte, que hoje possui em seu site um portal específico para informações do carnaval, todos os blocos devem ser cadastrados para poderem desfilar. O cadastro, que deve seguir orientações pré-estabelecidas, já apresenta limitações no que diz respeito à duração, ao trajeto e à dimensão do bloco. Observa-se ainda, que próximas às informações dos cadastros dos blocos são sinalizados editais de financiamento coletivo destinadas à grandes empresas privadas. Estas, que podem arcar com valores em contrapartida de cotas de divulgação, também possuem suas moedas de troca cedidas pelos blocos e, obrigatoriamente visíveis no momento dos cortejos financiados.

Ainda sobre a intervenção da iniciativa privada, foram descritos por integrantes de blocos a frequente presença de propostas de financiamento privado por empresas do ramo de bebidas. Para os entrevistados, além do problema ético do financiamento privado a um movimento de cunho autogestionado em prol do uso do espaço público, as empresas demandam exclusividade na venda dos produtos. Venda esta, que deixa de ser realizada por pequenos empreendedores ambulantes locais e passa a ser feita por terceirizados das empresas. Além disso, a exclusividade cercea a liberdade dos foliões, principalmente em uma cidade que apresenta rica diversidade no que tange a alimentação e o consumo de bebidas.

Um ponto que foi unânime aos entrevistados foi a percepção de uma mercantilização do carnaval. Nota-se, portanto, certa desconexão do festejo com iniciativas em prol do direito à cidade, assim como, o quase desaparecimento de blocos autogestionados por receio de coação da polícia, assim como, de possíveis problemas logísticos visto ao volume inflado de

pessoas nas ruas (principalmente vindas a partir dos incentivos turísticos ofertados pelo poder público municipal e estadual). Esse receio foi ainda mais latente ao ser apontado por blocos afro e em defesa dos direitos LGBTQIAP+, evidenciando uma manutenção histórica das práticas de exclusão.

Outra questão observada foi o fechamento da Praça da Estação, ícone do carnaval de rua da capital mineira, nos últimos festejos (2023-2024). Ora a partir da instalação de grandes palcos, ora para reformas, a ocupação da praça pelo poder público impediu o uso intensivo das pessoas e, principalmente, não permitiu a ocorrência da Praia da Estação durante o carnaval. Quanto a isso, foram observadas ações à margem e nas tangentes da praça evidenciando a relevância do movimento, bem como, a ainda presente resistência.

Por fim, foram relatadas práticas de cooptação do carnaval de rua pelo poder público que, vistas aos olhos de leigos à história do movimento, dão o entendimento de que trata-se de uma festa da cidade (em um âmbito formal e legislativo) e não uma festa do povo (com seu caráter orgânico e insurgente). No ano de 2022, a Praia da Estação foi divulgada como uma atração do evento “Virada Cultural” promovido pela Prefeitura de Belo Horizonte. A Virada, que acontece anualmente a partir da Lei Municipal 10.446/2012, é uma jornada de 24h de programação artística e cultural pela cidade nos instrumentos culturais municipais. Apesar da relevância do evento, ele é gerido pelo poder público e como tal, define data, horário de início e duração das atividades.

Outra situação que ilustra tais práticas de cooptação diz da divulgação extensiva realizada pelo poder público municipal e estadual do carnaval do ano de 2024. Foram investidos milhões de reais em ações publicitárias espalhadas por todo estado de Minas Gerais e até mesmo em outros estados e cidades (dados informados pela Empresa Municipal de Turismo e pela Confederação Nacional de Comércio Bens, Serviços e Turismo). Imagens compartilhadas em redes sociais e em portais de notícias ilustram propagandas do carnaval de Belo Horizonte na cidade do Rio de Janeiro e nos fazem questionar sobre a dimensão, as leituras e os desdobramentos futuros do evento.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É evidente que pelo caráter de artigo o texto em questão não consegue apresentar todo o panorama da realidade do carnaval de rua na capital mineira, nem mesmo esgotar as análises acerca dos desdobramentos mais recentes dessa realidade. Serve, entretanto, como um espaço para lançar inquietações e memoriar práticas culturais ricas e potentes da cidade de Belo Horizonte.

A cena carnavalesca de outrora foi responsável por uma mudança território-cultural na cidade. O imaginário da festa somado ao desejo de uso do espaço público ganhou força, capilaridade e adesão ao ponto de ser cooptado pelo poder público e então encenado. Nessa dinâmica a espontaneidade perdeu força e deu lugar ao ordenamento e a práticas e políticas de controle. Entretanto, existem carnavais e pela própria subjetividade lúdica da existência o movimento se transforma a cada ocorrência e evidencia novas pautas e novos embates com o Estado.

Observa-se, portanto, que as ambiências do carnaval de rua de Belo Horizonte são um complexo ecossistema sedutor. Se estruturam a partir de um pano de fundo de lutas urbanas mas são vivenciadas no lazer e na ludicidade. O carnaval de rua espontâneo constrói lugares, inventa novos territórios e provoca mudanças em espaços físicos e não-físicos. Simultaneamente, o carnaval de rua pode ser um lucrativo e rentável produto que, como tantos outros na modernidade tem sido harmonizados e apaziguados para atender anseios do capital. Nos cabe, portanto, analisar criticamente as mudanças e acompanhá-las de perto e em atenção para evitar os riscos da perda das raízes de luta e de rua.

## 6 BIBLIOGRAFIA

- Augoyard, J.F. (2002) Esthétique des ambiances. Communication orale enregistrée et transcrite lors du Séminaire Ambiance tenue au Cresson en 2001-2002, Grenoble. <https://hal.science/hal-00993707v1>
- Augoyard, JF. (Eds.). (2008). Faire une ambiance. Actes du colloque international. Éditions À la croisée.
- Canuto, F. (2016). Da carnavalização do planejamento urbano para Belo Horizonte -para-a-guerra: da política ao político e vice-versa. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 18(1). <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/tYMH7Z3zmMPMG6SP7v6vmkQ/abstract/?lang=pt>
- Dias, PLC. (2015) Sob a “lente do espaço vivido” a apropriação das ruas pelos blocos de carnaval na Belo Horizonte contemporânea (dissertação de mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Migliano, M (2018). Entre a praça e a internet: a potência narrativa na criação de outros Imaginários políticos na Praia da Estação, em Belo Horizonte (tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Nogueira, PC (2018). Notas sobre uma política da estética voltada para o design. Educação Gráfica, 22(1), 06-17. [https://www.educacaografica.inf.br/wp-content/uploads/2018/05/4\\_NOTAS-SOBRE-UMA-POL%C3%8DTICA.pdf](https://www.educacaografica.inf.br/wp-content/uploads/2018/05/4_NOTAS-SOBRE-UMA-POL%C3%8DTICA.pdf)
- Oliveira, I. T. M. (2012) Uma “Praia” nas Alterosas, uma “antena parabólica” ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte (dissertação de mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Perez, LF (2011). Festa, religião e cidade: corpo e alma do Brasil. Medianiz.
- Rancière, J (2009). A partilha do sensível: estética e política. Editora 34.
- Simas, LA. (2020). O corpo encantado das ruas. Civilização Brasileira.
- Thibaud, JP (2012). A cidade através dos sentidos. Cadernos Proarq, 18(1), 1-16. <https://hal.science/hal-00980748>
- Thomas, R (2020). Les mises en ambiance de la ville apaisée. Paradoxes et risques d’une aseptisation programmée. Revue Neuchâteloise de Géographie, 13(1), 179-194. <https://hal.science/hal-03174902>
- Thomas, R (2008). Qualifier les ambiances architecturales et urbaines. Em Augoyard, JF. (Eds.). Faire une ambiance. Actes du colloque international. Éditions À la croisée.

Thomas, R (2018). Une critique sensible de l'urbain. Architecture, aménagement de l'espace. Communauté Université Grenoble Alpes : Ecole Doctorale 454 Sciences de l'homme, du politique et du territoire.

Veloso, A (2022). Sobre praias e marés: como uma tarde na praça formou uma geração belo-horizontina com protagonismo político. Quatro Cinco Um. <https://quatrocinco.um.com.br/artigos/as-cidades-e-as-coisas/sobre-praias-e-mares/>